

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ENSINO DO MOMENTO CONSTITUINTE ATRAVÉS DE PROPOSTAS DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA A DEFESA DA DEMOCRACIA EM TEMPOS DE CRISE.

Jeferson José Gevigier
Mestre – ProfHistória – UEM
Secretaria de Estado de Educação do Paraná
jgevigier@hotmail.com

Resumo: A reflexão acerca do ensino de história, inclusive com a generalização do ensino remoto, faz-se necessária pois as garantias fundamentais mais uma vez não são garantidas a todos. A prática docente, dessa forma, deve possibilitar que os estudantes tenham instrumentos para perceber os direitos que lhe são negados e para compreender seu papel no processo de conquista e garantia dos direitos. Em nossa pesquisa, no âmbito do ProfHistória-UEM, pretendemos propor sequências didáticas, com base no modelo de aula-oficina, que permitam aos estudantes protagonizar a aprendizagem e desenvolver pesquisas históricas fundamentadas em métodos historiográficos. Assim, em nossas propostas, enfatizamos que é essencial ao professor perceber, analisar e sistematizar os conhecimentos prévios que os estudantes trazem para a aula, pois estes demonstram traços da consciência histórica dos estudantes. Porém, o objetivo do trabalho de professores de história é permitir aos estudantes a progressão de sua cultura histórica a partir do trabalho com base em pesquisa, levando-os a desenvolver maior elaboração nas respostas históricas que eles apresentam aos desafios cotidianos. Assim, levando em conta o atual período de crise e para que o trabalho com a construção dos conhecimentos históricos possa desenvolver avanços na cultura histórica dos estudantes, selecionamos um conteúdo substantivo que possibilita a reflexão sobre o papel do estudante na sociedade bem como sobre as garantias de cidadania e de respeito aos direitos humanos presentes no texto constitucional em vigência no Brasil: a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), inserida no contexto da abertura política que marca a transição entre a ditadura militar e a chamada Nova República. Nosso objetivo é propor estratégias e práticas de construção do conhecimento histórico por professores e estudantes sobre o contexto de abertura política e processo constituinte no Brasil e sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, enfatizando a participação popular em diferentes níveis e sempre utilizando fontes históricas em sala de aula. Promulgada há mais de trinta anos, a Constituição Cidadã é considerada por alguns o marco de conclusão de uma transição complexa e contraditória. Por isso, alguns temas centrais deste período não foram resolvidos, foram silenciados ou foram expostos de forma enviesada. Este período também marcou a construção de uma nova ordem social, que ainda é vigente e determina o nosso cotidiano. Algumas destas disputas ainda não se encerraram e alguns dos personagens históricos centrais deste período são figuras públicas atuais que, como os objetos de disputa em si, carregam uma grande carga conceitual ligada à sua trajetória e, principalmente, ao contexto sócio-político atual.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Palavras-chave: Constituinte; Ensino de História; Abertura Política; Aula-Oficina.

INTRODUÇÃO

Períodos de mudanças paradigmáticas e de crises da ciência são privilegiados para o campo da pesquisa em Ensino de História, pois criam possibilidade de reflexão sobre práticas e princípios teórico-metodológicos para o exercício da docência. Neste sentido, os diferentes questionamentos sobre a legitimidade das ciências naturais e humanas, que atualmente pululam em mídias novas ou tradicionais (BUSS, 2020), e mesmo em salas de aula (RAMOS, 2016), nos convidam a repensar o ensino e enfatizar a importância dos métodos científicos de aplicados aos paradigmas de ensino. Estes questionamentos à ciência, e por consequência, aos saberes acadêmicos e escolares, ameaçam a própria continuidade da pesquisa científica em nosso país. Esta situação parece se agravar na atual crise provocada pela pandemia do novo corona vírus, pois dentro de seu contexto de distanciamento social e com todas as suas consequências, foram evidenciados discursos que, antes questionadores de legitimidade, se tornaram ameaçadores em duas linhas principais: a negação da ciência, ou seja, dos riscos da pandemia e a negligência em relação à políticas públicas de custeio e investimento, principalmente nas áreas da saúde e da educação. Uma das causas desta negligência foi a Emenda Constitucional 95/2016 que limitou o teto de gastos e garantiu sucessivos cortes de verbas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), os quais estão expostos em artigos jornalísticos, nacionais e internacionais.

A reflexão acerca do ensino de história, pensando a prática de sala de aula num contexto de transição e incertezas, inclusive com a generalização do ensino remoto, faz-se necessária. As garantias fundamentais, previstas no texto constitucional, mais uma vez não são garantidas a todos. Inúmeros estudantes que não possuem acesso a equipamentos eletrônicos, somados àqueles que já eram privados da aprendizagem de qualidade devido às práticas excludentes nos modelos tradicionais presenciais, estão excluídos dos estudos diários. Neste contexto, refletir sobre o ensino de história e a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

prática de sala de aula permite construir alternativas que, dentro de nossas possibilidades institucionais, ampliam o acesso de estudantes ao desenvolvimento de ferramentas de interpretação histórica. A prática docente, dessa forma, deve possibilitar que os estudantes tenham instrumentos para perceber os direitos que lhe são negados e para compreender seu papel no processo de conquista dos direitos e no processo de garantir que estes sejam cumpridos. O desafio de ensinar história, portanto, é levar os estudantes a apresentar progressões em sua cultura histórica através da pesquisa e da construção do conhecimento em sala de aula, significando sua própria existência e o tempo de forma histórica.

OBJETIVOS

Com esta pesquisa, pretendemos propor sequências didáticas, com base no modelo de aula-oficina, que permitam aos estudantes protagonizar a aprendizagem e desenvolver pesquisas históricas fundamentadas em métodos historiográficos, sempre nos atentando às especificidades de cada série e idade. Assim, em nossas propostas, enfatizamos que é essencial ao professor perceber, analisar e sistematizar os conhecimentos prévios que os estudantes trazem para a aula, tanto sobre o conteúdo substantivo a ser trabalhado quanto sobre os conceitos históricos de segunda ordem, necessários à devida compreensão e interpretação deste tema/período (LEE, 2006). Este arcabouço de conhecimentos prévios demonstra traços da consciência histórica dos estudantes que não deve ser considerada inferior ao conhecimento acadêmico (CERRI, 2011). Porém, enquanto instituição de ensino oficial, estruturada com base em conhecimentos científicos, o objetivo do trabalho de professores de história é permitir aos estudantes a progressão de sua cultura histórica a partir do trabalho com base em pesquisa, levando-os a desenvolver maior elaboração nas respostas históricas que eles apresentam aos desafios cotidianos. Em outras palavras, pretendemos que, ao desenvolver o trabalho de ensino de história, com base em pesquisa, construção do conhecimento e protagonismo dos estudantes, haja um desenvolvimento qualitativo e haja progressão na consciência histórica dos estudantes, levando-os a compreender de forma mais sistematizada e racional as questões e desafios de sua realidade cotidiana

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(CERRI, 2011).

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA COM RESULTADOS PARCIAIS

Levando em conta o atual período de crise e para que o trabalho com a construção dos conhecimentos históricos possa desenvolver avanços na cultura histórica dos estudantes, selecionamos um conteúdo substantivo que possibilita a reflexão sobre o papel do estudante na sociedade bem como sobre as garantias de cidadania e de respeito aos direitos humanos presentes no texto constitucional em vigência no Brasil. Para o desenvolvimento de nossa reflexão e para a proposta de sequências didáticas, propusemos o trabalho em sala de aula a partir do estudo da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), inserida no contexto da abertura política que marca a transição entre a ditadura militar e a chamada Nova República. Nosso objetivo é propor estratégias e práticas de construção do conhecimento histórico por professores e estudantes sobre o contexto de abertura política e processo constituinte no Brasil e sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial os artigos primeiro a sexto, enfatizando a participação popular em diferentes níveis e sempre utilizando fontes históricas em sala de aula.

Este é um conteúdo substantivo que traz consigo alguns desafios para o professor de história. Promulgada há mais de trinta anos, a Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã, é considerada por alguns o marco de conclusão de uma transição complexa e contraditória. Por isso, alguns temas centrais deste período não foram resolvidos, foram silenciados ou foram expostos de forma enviesada (MCARTHUR, 2012). Este período também marcou a construção de uma nova ordem social, que ainda é vigente e determina o nosso cotidiano. Esta construção foi marcada por pressões de diversos setores sociais que, cada qual de acordo com seus princípios, objetivos e história, buscavam justiça, silenciamento, manutenção de privilégios, conquista de direitos, etc. Algumas destas disputas ainda não se encerraram e alguns dos personagens históricos centrais deste período são figuras públicas atuais que, como os objetos de disputa em si, carregam uma grande carga conceitual ligada à sua trajetória e, principalmente, ao contexto sócio-político atual.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Podemos então, enquadrar o estudo deste período e deste tema no conceito de “história sobrecarregada”, pois além de vários dos personagens históricos do período ainda estarem ativos no cenário político, empresarial, midiático e social, a sociedade criada a partir do processo constituinte ainda está em construção com uma série de contradições e disputas em torno de princípios determinados pelo texto constitucional. Estes princípios são postos em discussão e modificados de acordo com essas disputas. Além de questionamentos à ciência, aos direitos e aos princípios institucionais, também é possível vislumbrar que na atualidade se critica a própria Constituição, tida por alguns setores da sociedade como excessivamente permissiva. Os direitos humanos, por exemplo, são considerados defesa de bandidos (RAMOS, 2018).

Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner entendem que estes efeitos, que o passado ainda produz no presente, configuram um paradoxo temporal, pois o passado vive como residualidade ou como remanescência (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p. 23). Ao tratar de temas da história presente ou recente, barreiras que são postas dizem respeito a conflitos de memória entre as diversas versões produzidas pelos grupos e indivíduos envolvidos. Elementos como vingança, vergonha, culpa, esquecimentos propositais, disputas políticas/eleitorais, tornam complexo o estudo da História, em especial o estudo dos períodos mais recentes, os quais são classificados como “história sobrecarregada” (VON BORRIES, 2011). Bodo Von Borries, ao pesquisar a História na Alemanha com base neste conceito, destaca o Holocausto, tema ainda hoje negado, negligenciado, silenciado e deturpado. No Brasil, a história sobrecarregada assume outras nomenclaturas: são *questões socialmente vivas*, dizem respeito aos *temas socialmente controversos e sensíveis*, significam *um passado que não passa, um presente no qual sobram efeitos do passado* (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p. 20). Alguns temas, em especial, podem ser classificados como sobrecarregados no Brasil. Dentre eles, destacamos o genocídio indígena do passado e do presente, a escravidão e a Ditadura Militar. Como exemplo, podemos trazer à discussão a realidade cotidiana enfrentada por pessoas negras: “O racismo, decorrente de escravidão de pessoas negras no Brasil, não é algo que passou: é algo que não passa, não cessa de multiplicar seus efeitos” (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p. 21).

No Brasil, outro tema, a garantia dos direitos humanos, também pode ser

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

enquadrado neste conceito socialmente controverso. A constituição federal teve como princípios básicos, registrados em seus primeiros artigos, os direitos humanos e suas garantias. Contudo, mais de trinta anos após sua promulgação, as condições de desigualdade, racismo, autoritarismo, entre tantos outros problemas históricos, contribuem para que grandes parcelas da população não tenha acesso a estas garantias. Levar a temática constituinte e da constituição para a aula de história é, portanto, uma forma privilegiada de desenvolver a educação para os direitos humanos visto que ela se sustenta em princípios constitucionais e o objetivo último seria “a dignidade humana enquanto direito básico da vida assegurado a qualquer cidadão/cidadã brasileiro/a e definida como direito humano no texto constitucional de 1988” (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p. 18).

A indicação de trabalho com educação em direitos humanos possibilita a integração de variados temas, como a Ditadura Civil-Militar, o período chamado de redemocratização, a própria Constituição de 1988, e ainda pode mobilizar transversalmente discussões sobre igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades, liberdade de culto religioso em sintonia com as liberdades laicas (liberdade de consciência, liberdade de expressão e liberdade de crença, todas elas constando em nossa Carta Magna), a sustentabilidade socioambiental, entre outras inúmeras possibilidades (MENEZES, 2020, p. 50).

Em se tratando de um tema de relevância evidente, pudemos encontrar diversas pesquisas, em nível de mestrado e doutorado na área de história com temáticas ligadas à Constituição Federal de 1988, aos Direitos Humanos e à Redemocratização. Sobre a temática da Ditadura Militar também há diversas pesquisas, em especial dentro das dissertações defendidas no programa ProfHistória, tema que para o nosso objeto possui características introdutórias.

Dentre estas pesquisas selecionamos duas teses de doutorado como fundamento de nosso trabalho devido a suas temáticas e objetos específicos. As duas envolvem a contextualização do período de abertura política e da Assembleia Nacional Constituinte, mas com enfoque na participação popular no processo constituinte, tema prioritário em nossa pesquisa. Maria Helena de Macedo Versiani desenvolveu em sua pesquisa de Doutorado em História, Política e Bens Culturais, pela Fundação Getúlio

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Vargas, a tese *Linguagens da cidadania: Os brasileiros escrevem para a constituinte de 1987/1988*, defendida em 2013. Nesta pesquisa, a autora trabalhou com a questão da participação popular no processo constituinte por meio da produção e envio de cartas aos políticos pela população do país. Nestas cartas as pessoas registraram reivindicações, pedidos, comentários, críticas, denúncias e sugestões com o objetivo de serem contribuir com a produção do texto constitucional.

De maneira semelhante, embora com outro objeto de pesquisa, Ozias Paesi Neves também trabalhou a participação popular no processo constituinte. Em sua pesquisa de Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná, ele produziu a tese *Imaginários e utopias na passagem entre ditadura e redemocratização: O momento constituinte em cartilhas (1985-1988)*, defendida em 2017. Nesta pesquisa o autor investigou as cartilhas produzidas pelo Movimento pró-Participação Popular na Constituinte (MPPC), formado por instituições de diferentes alinhamentos político-ideológicos, que expunham as estratégias desses movimentos para ampliar a participação da população no processo constituinte.

Estas pesquisas corroboram nossa preocupação em compreender e significar a participação popular efetiva no processo constituinte de forma a trabalhar o ensino de história valorizando a construção democrática em nosso país. As atuais ameaças à democracia são objetos necessários para a discussão histórica em sala de aula de forma a fornecer instrumentos históricos suficientes para que os estudantes percebam, se identifiquem e protejam os elementos democráticos e ligados aos direitos humanos que alicerçam nossa sociedade.

Ainda exploramos o banco de dissertações específico do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. Hoje, segundo o portal EduCapes e o banco de dissertações próprio do programa, existem duzentos e vinte e três dissertações defendidas. Dentre estas, pudemos identificar três com direitos humanos como tema principal, analisando diferentes períodos históricos e uma com temática contemporânea ao período da redemocratização. A temática da ditadura militar e seu ensino em sala de aula é mais frequente e, como este é um de nossos temas introdutórios, pudemos identificar oito trabalhos com este tema no banco de dissertações do ProfHistória.

Por se tratar de uma pesquisa em nível de mestrado profissional, e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

levando em conta o objetivo que mencionamos anteriormente, os aspectos metodológicos que optamos por seguir nos encaminharam para a elaboração de sequências didáticas que priorizam o trabalho de pesquisa em sala de aula através das quais professores e estudantes possam produzir o conhecimento histórico. Dessa forma, optamos por desenvolver um trabalho que apresente propostas de documentos e fontes históricas, contextos, ferramentas e abordagens que possibilitem a professores desenvolver o estudo do período constituinte e a participação popular neste processo. Nossas propostas estão disponibilizadas em um *site*¹ hospedado na plataforma *wix.com*. Neste site organizamos os conteúdos, contextos, fontes históricas e aspectos teórico-metodológicos, de forma a orientar professores e estudantes em trabalhos cotidianos, presenciais ou remotos, valorizando o trabalho de pesquisa e análise de fontes históricas dentro de pressupostos historiográficos que podem ser adequados, pelo professor, de acordo com a série e a idade dos estudantes. Esta ressalva é importante, pois não temos como objeto de pesquisa uma turma específica, mas uma reflexão sobre a aplicação de um conteúdo específico em turmas de diferentes localidades e por professores com diferentes formações e concepções históricas. Assim, visto que de acordo com as diretrizes curriculares, em especial a BNCC, este conteúdo é previsto para ser trabalhado em turmas de nono ano do ensino fundamental e terceiro ano do ensino médio, e tendo como pressuposto que a pesquisa e o desenvolvimento da cultura histórica independem da idade e da série do estudante, nossa proposta pedagógica seria aplicável em diferentes turmas e necessitaria de adequações que atendessem às especificidades de cada situação.

Esta escolha de encaminhamento metodológico foi tomada com base em algumas pesquisas quantitativas e qualitativas, com estudantes da educação básica, realizadas por diferentes pesquisadores. A principal delas, no caso de nossa pesquisa, foi o Projeto Residente, desenvolvido por Cerri (2018), que verificou a importância do desenvolvimento da cultura histórica dos estudantes a partir de uma pesquisa quantitativa com cerca de cinco mil estudantes do Brasil e de mais seis países da América Latina. Tivemos a oportunidade de aplicar este questionário em turmas nas quais trabalhamos em junho de 2019 e os dados levantados condizem com os

¹ Disponível em <<https://www.projetochave.com.br/>>. Acesso em 18 jul. 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apontamentos globais da pesquisa.

Para desenvolver nossas propostas didáticas nos valemos dos trabalhos de Isabel Barca (2004, 2012), Peter Lee (2006), Marcia Elisa Teté Ramos (2018) e Luis Fernando Cerri (2011, 2018), a partir dos quais nos embasamos para refletir sobre as características da aula-oficina e como os conceitos de literacia histórica, consciência histórica, cultura histórica, progressão do conhecimento histórico são fundamentais para o desenvolvimento deste modelo de aula. A partir desta ideia, nossa proposta foi no sentido de indicar fontes, contextos e abordagens diversos e de diferentes naturezas para que o professor de história possa selecionar aqueles que melhor respondam às suas questões e às questões dos estudantes.

Como fontes de trabalho, selecionamos uma série de recortes do Jornal Tribuna da Cidade, atualmente o Jornal Tribuna do Norte, sediado em Apucarana, Paraná, que noticiaram, entre 1985 e 1988, a participação popular no processo constituinte em Arapongas e nas cidades circunvizinhas. Também selecionamos trechos de cartas e de cartilhas publicadas nas teses de Versiani e de Neves bem como o episódio do Diário da Constituinte que mostra a entrega das emendas populares aos constituintes, número 180, de 13 de agosto de 1987. Com esta seleção de fontes históricas, nosso objetivo é propor sequências didáticas que permitam aos estudantes estudar e compreender a participação popular no processo constituinte com abrangência nacional, regional e local. Dessa forma, eles poderão se identificar com o processo histórico, com o resultado da constituinte e assumir uma postura ativa na defesa destes direitos conquistados por pessoas como eles, inclusive da cidade deles.

Um outro aspecto que nos preocupou ao desenvolver esta proposta foi a necessária compreensão, pelos estudantes, da importância dos direitos previstos e garantidos na constituição. Para tanto, julgamos pertinente retomar o contexto da ditadura militar e das violações aos direitos humanos neste período. Para o trabalho em sala, pressupondo que os estudantes já teriam estudado este período, compreendemos que é importante, novamente, a identificação com o conteúdo estudado.

Portanto, selecionamos dois casos de vítimas de perseguição política da cidade de Arapongas, Henrique Cintra Ferreira de Ornellas, advogado criminal que atuava nesta cidade e foi morto em 21 de agosto de 1973 (BORGES, 2018) e Abelardo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de Araújo Moreira, médico que foi preso durante a Operação Marumbi, em 1975. Para que os estudantes possam analisar estes casos há o dossiê da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo no qual constam o Inquérito Policial Militar, certidão de óbito e recortes de jornais sobre o caso de Ornellas² e o Inquérito Policial Militar 745 referente à Operação Marumbi, catalogado pelo Projeto Brasil Nunca Mais³. Estas duas fontes, possibilitam aos estudantes compreender como a repressão estava presente na cidade em que eles vivem, mesmo sendo uma pequena cidade do interior do Paraná. Dessa forma eles poderão perceber a importância da atuação política da população desta mesma cidade no processo de redemocratização.

Um último aspecto que julgamos necessário desenvolver em sala de aula para fechar este ciclo temático é a complexidade do processo de transição entre a ditadura e a democracia com consequentes contradições nas políticas de garantias constitucionais dos direitos fundamentais. O principal ponto a ser destacado é a presença de interpretações da Lei 6683/79, conhecida como Lei da Anistia, que afirmam a inimizabilidade de qualquer pessoa, mesmo quando identificada, por crimes contra a humanidade (em especial tortura e assassinato), durante a ditadura militar. Como consequência, todo o processo de transição foi marcado primeiramente pela negação das violações e posteriormente pela responsabilização do Estado sem identificar e punir os autores dos crimes contra a humanidade. Para trabalhar com este conceito, selecionamos o texto da lei, trechos da Ata do Congresso Nacional pela Anistia de 1978 e a condenação do Brasil em 2010 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por graves violações de direitos humanos cometidas contra membros da guerrilha do Araguaia. Acreditamos que é possível aos estudantes perceberem as permanências e residualidades da ditadura na sociedade atual quando perceberem que uma corte internacional condenou o Brasil por uma lei outorgada trinta anos antes e que atualmente, dez anos depois da condenação, este tema, a não responsabilização dos criminosos da ditadura, permanece em aberto.

² Disponível em <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/henrique-cintra-ferreira-de-ornellas>>. Acesso em 08 jul. 2020.

³ Disponível em <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_06&PagFis=34991>. Acesso em 08 jul. 2020. A qualificação de Abelardo de Araújo Moreira pode ser consultada a partir da página 389 do IPM 745.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em cada uma das três etapas temáticas de nossa sequência, a nossa proposta será embasada no modelo de aula-oficina (BARCA, 2004). Todo o trabalho de ensino de história precisa partir da coleta de ideias prévias para que sejam analisadas e possam indicar quais as fontes históricas que poderão ser selecionadas pelo professor para que os estudantes desenvolvam a pesquisa histórica e possam progredir em seu conhecimento histórico. Assim, sugerimos modelos de diferentes formas para que as ideias sejam recolhidas para em seguida apontarmos métodos e abordagens para o trabalho com as fontes selecionadas. A conclusão de cada etapa temática também entrou em nossas sugestões ao apontarmos modelos e formas de repetir a coleta de ideias, mas agora no sentido de comparar com as iniciais e evidenciar os níveis de progressão do conhecimento histórico, tanto no que diz respeito aos conteúdos substantivos (constituente, direitos fundamentais, transição democrática, etc.) quanto aos conceitos de segunda ordem desenvolvidos concomitantemente com os substantivos (permanências, residualidades, historicidade dos direitos, etc.) (LEE, 2006).

Todas essas fontes históricas, conceitos e propostas de encaminhamentos encontram-se em nosso *site* de forma a subsidiar o trabalho de professores e estudantes, além dos canais de contato, via *site*, que possibilitarão sugestões, correções e críticas para um constante aperfeiçoamento de nosso produto educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. BARCA, Isabel [Org.] ***Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica***. Braga, Centro de Investigação em Educação [CIED]/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BARCA, Isabel. Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter) identidades. **História Revista**, Goiânia, v. 17, n. 1, 2012, p. 37- 51. Disponível

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/21683>>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BORGES, Daniel Sartori. Ditadura Militar em Arapongas (PR): Prisão e morte de Henrique Ornellas. In: XVI Encontro Regional de História. **Anais**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2018. Tema: Tempos de transição.

BUSS, Danielle Aparecida Barbosa Sella. “*Mas eu vi no face*”: *Ensino de História, juventude e memes*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), Universidade Estadual de Maringá, 2020.

CERRI, Luis Fernando (org.). **Os jovens e a história: Brasil e América do Sul**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2018.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar em Revista. Especial. Dossiê: Educação Histórica**, 2006.

MCARTHUR, Fabiana Godinho. Justiça de Transição: O caso Brasileiro. In: **Revista anistia política e justiça de transição**. n. 7, jan./jun. 2012, Brasília: Ministério da Justiça, 2012, p. 78-107.

MENEZES, R. F.; LIMA, P, R. F.; FERREIRA, B. S. Ensino de história e educação em direitos humanos: uma importante parceria na perspectiva de uma formação integrada. In. **Revista Eixo**. Brasília: v. 9, n. 1, janeiro-abril de 2020.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis In: **Revista História Hoje**, v. 7, nº 13, p. 14-33 – 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

RAMOS, Márcia Elisa Teté. Considerações sobre a construção da história escrita, ensinada e divulgada através da matriz disciplinar de Jörn Rüsen. In. **Diálogos**. Maringá. v. 22, n. 3. 2018.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. O mau professor de história segundo os “Guias Politicamente Incorretos de História”. **Fronteiras: Revista de História**. Dourados. v. 18 | n. 31 | p. 99 - 122 | Jan. / Jun. 2016.

VON BORRIES, Bodo. Coping with Burdening History. In: BJERG, Helle, LENZ, Claudia, THORSTENSEN, Erik [org.] **Historicizing the Uses of the Past**. Bielefeld: transcript Verlag, 2011.